



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 13629.000525/2005-22
Recurso nº Embargos
Acórdão nº 3401-002.771 – 4^a Câmara / 1^a Turma Ordinária
Sessão de 16 de outubro de 2014
Matéria OBSCURIDADE
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Recorrida ARCELORMITTAL INOX BRASIL SERVIÇOS LTDA

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Período de apuração: 01/01/1998 a 30/04/2004

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. EXISTÊNCIA.

Devem ser acolhidos os embargos de declaração quando existente a obscuridade apontada

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração, nos termos do voto do relator.

Robson José Bayerl - Presidente.

Jean Cleuter Simões Mendonça - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Robson José Bayerl (Presidente), Ângela Sartori, José Luiz Feistauer, Bernardo Leite Queiroz Lima, Jean Cleuter Simões Mendonça e Eloy Eros da Silva Nogueira.

Relatório

Trata-se de embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional (fls.1022/2014) ao acórdão nº 3401-01.160 proferido por esta Turma de Julgamento (fls. 1010/1019).

A Embargante alega a existência de obscuridade pois, segundo ela, foi suprimido texto da conclusão do julgamento, ficando do seguinte modo:

“Depósito judicial levantamento deu-se por unanimidade”.

Com esse argumento a Embargante pediu o conhecimento dos embargos declaratórios a fim de que seja extirpada a obscuridade.

É o Relatório.

Voto

Conselheiro Jean Cleuter Simões Mendonça

Os embargos são tempestivos e atendem aos demais requisitos de admissibilidade, razão pela qual deles tomo conhecimento.

A obscuridade apontada pela Embargante realmente está presente na conclusão do acórdão, que foi redigido do seguinte modo:

*“Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso quanto a matéria submetida ao Poder Judiciário. Na parte conhecida, por unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao recurso, para declarar a decadência do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário referente aos períodos de apuração anteriores a 7/2000. Votaram pelas conclusões os Conselheiros Rodrigo, Odassi Guerzoni Filho e Gilson Macedo Rosenburg Filho. **Depósito Judicial levantamento deu-se por unanimidade.** Quanta a questão madeira em pé, pelo voto de qualidade negou-se provimento ao recurso, vencidos Rodrigo Pereira de Mello, Fernando Margues Cleto Duarte e Dalton Cesar Cordeiro Miranda. Designado o Conselheiro Odassi Guerzoni Filho para elaborar o voto vencedor. (Grifo nosso)*

Pela redação do acórdão, não é possível saber qual foi a decisão tomada por unanimidade em relação ao levantamento do depósito judicial.

Compulsando os autos, percebe-se que uma das matérias era quanto à tributação sobre os juros incidentes sobre os depósitos judiciais os quais, apesar de terem sido contabilizados na escrita fiscal da empresa, foram, ao final do processo judicial, convertidos

/11/2014 por JEAN CLEUTER SIMOES MENDONCA, Assinado digitalmente em 18/12/2014 por ROBSON JOSE BAYER

L
Impresso em 13/01/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

em renda da União. Ao analisar essa matéria, o então Relator, Conselheiro Fernando Marques Cleto Duarte, chegou à conclusão de que o fato gerador só ocorria no momento em que esses depósitos eram devolvidos ao depositante.

Nessa linha, o Relator concluiu seu voto dando provimento ao recurso voluntário em relação à matéria da incidência da tributação sobre os juros dos depósitos judiciais. Senão, vejamos:

“Frente a todo o exposto, voto por dar parcial provimento ao Recurso Voluntário, dando provimento no que tange à decadência relativa aos períodos anteriores a junho/00; à venda de ativo immobilizado; ao não alargamento da base de cálculo, previsto no §1º do art. 3º da Lei 9.718/98, não considerando as receitas financeiras até a edição da Lei nº.10.833/03; e por fim quanto à incidência de COFINS sobre os juros de depósito judicial ainda não levantado; Negando provimento no que tange à nulidade e à variação cambial após a edição da Lei nº. 10.833/03”.

Em relação à matéria da incidência da COFINS sobre os juros dos depósitos judiciais, o Relator não foi vencido, e, nesse ponto, o seu voto foi acolhido por unanimidade.

Portanto, devem ser acolhidos os presentes embargos de declaração para afastar a obscuridade concernente ao resultado do julgamento em relação à matéria de incidência da COFINS sobre os juros dos depósitos judiciais, para esclarecer que se deu provimento por unanimidade quanto a esta matéria, afastando o lançamento sobre os juros dos depósitos judiciais não levantados pela Contribuinte.

Devendo o acórdão ser retificado para:

“Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso quanto a matéria submetida ao Poder Judiciário. Na parte conhecida, por unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao recurso, para declarar a decadência do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário referente aos períodos de apuração anteriores a 7/2000. Votaram pelas conclusões os Conselheiros Rodrigo, Odassi Guerzoni Filho e Gilson Macedo Rosenburg Filho. **Quanto aos juros do depósitos judiciais não levantados, deu-se provimento por unanimidade.** Quanta a questão madeira em pé, pelo voto de qualidade negou-se provimento ao recurso, vencidos Rodrigo Pereira de Mello, Fernando Margues Cleto Duarte e Dalton Cesar Cordeiro Miranda. Designado o Conselheiro Odassi Guerzoni Filho para elaborar o voto vencedor

Ex positis, acolho os presentes embargos de declaração para afastar a obscuridade e esclarecer o acórdão embargado na forma disposta acima.

Jean Cleuter Simões Mendonça - Relator

CÓPIA